

Guerra e sociedade: uma discussão sobre o filme Henrique V de Kenneth Branagh

Cybele Crossetti de Almeida - UFRGS,

1. INTRODUÇÃO

O filme *Henrique V* de Kenneth Branagh é uma adaptação da obra homônima de William Shakespeare. A ação se passa nas primeiras décadas do século XV e baseia-se em episódios reais, no contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). O texto é fielmente reproduzido¹ e consegue captar o tom épico do filme, no qual a guerra é o fio condutor. Interessante é a concepção de guerra que é apresentada. Ao invés da guerra como pura violência e irracionalidade, a guerra é apresentada como a "continuação da política por outros meios"², como no enunciado de Clausewitz.

Neste conflito entre a França e a Inglaterra cabe destacar os dois tipos de exército que se confrontam: o exército francês que, embora mais numeroso, é organizado num modelo feudal, em declínio, e o exército inglês que, além de inovações técnicas (como o arco longo galês³), prenuncia o moderno exército de conscritos que a Idade Moderna viria surgir. No confronto ficam evidenciados não apenas dois modelos de exército (feudal X moderno⁴), mas também dois modelos de sociedade e de governante. Algumas das diferenças nos modelos de feudalismo dos dois países – mais centralizado na Inglaterra, menos centralizado na França – já foram apontadas por vários autores, como Alan Macfarlane⁵ e Marc Bloch⁶. Estas diferenças na forma da organização social, por sua vez, refletiam-se na organização militar. Disto decorre que “Há um exército alternativo para o rei [inglês], que ajuda a protegê-lo contra uma superdependência de seus proprietários feudais”⁷, ao contrário do que ocorria na França.

Como o próprio título indica, o personagem central é o rei inglês Henrique V, filho de Henrique IV, a quem sucedeu no trono em 1413, reinando até 1422. Seu reinado, apesar de breve, foi bastante significativo para a Inglaterra. O tema central é o envolvimento deste rei e

seus exércitos no longo conflito entre França e Inglaterra, "os dois Estados mais poderosos do Ocidente cristão"⁸, que ficou conhecido como "Guerra dos Cem Anos".

O FILME

Na obra em questão – tanto no original de Shakespeare como no filme de Kenneth Branagh –, pode-se perceber esta preocupação com o entendimento e a elucidação da guerra. Embora trate-se de um épico, as razões do Estado – e suas diferentes facções – e os objetivos políticos estão presentes e têm tanto destaque quanto os valores tradicionais, como honra, valentia, etc. A ação se inicia com dois membros do alto clero, o arcebispo da Cantuária e o bispo de Ely, discutindo os rumores sobre o retorno à discussão de lei que faria com que a Igreja da Inglaterra perdesse "a metade melhor de (...) [suas] posses"⁹. Especulam sobre qual atitude o novo rei tomaria a respeito da matéria e – após o rei ser declarado como amigo da Igreja e ter seu amadurecimento louvado¹⁰ – é colocada claramente a barganha proposta: o apoio da Igreja com vultuosas doações para uma campanha na França, a respeito do "direito sobre o trono da França, que lhe toca por Eduardo, seu bisavô"¹¹. É a Igreja que volta a atizar a atenção do monarca sobre a França, com o objetivo de ganhar as graças do rei e desviar sua atenção do projeto que contrariava os interesses do clero. Não temos informações concretas sobre este papel da Igreja como intermediadora do conflito¹², mas não é uma hipótese absurda. A questão da taxa ou confisco de bens da Igreja era uma matéria freqüente e de alta tensão em vários reinos medievais, não apenas na Inglaterra. Alguns séculos antes, ao sentir seus bens, camponeses e clérigos ameaçados pelas guerras constantes entre os exércitos privados dos nobres medievais, a Igreja desencadeou o movimento da Paz e Trégua de Deus, tentativas de limitar a ação guerreira tanto temporalmente quanto em relação aos envolvidos¹³. O fracasso destes movimentos provavelmente está ligado à convocação das Cruzadas, na intenção de exportar os conflitos internos à cristandade, oferecendo aos que

participassem desta ação não apenas bens espirituais mas também materiais: as riquezas do oriente, o perdão de dívidas contraídas, especialmente com judeus.

A atuação da Igreja, no entanto, não deve ser considerada uniformemente, pois, naquele contexto, ela muitas vezes teve uma atuação positiva. Na falta de organismos multilaterais de resolução de conflitos, coube à Igreja regulamentar, intermediar e minimizar conflitos¹⁴. Seu poder, no entanto, era limitado. No caso da Guerra dos Cem Anos, há ainda o problema do declínio da autoridade da Igreja desde o fracasso das Cruzadas em fins do século XIII e a divisão interna a partir do deslocamento do papado de Roma para Avignon, no sul da França, que deu origem ao Grande Cisma do Ocidente – de 1378 a 1429. Neste período em que várias sedes "papais" competiam umas com as outras e a cristandade achava-se dividida, é compreensível que a atuação centralizadora antes exercida por Roma fosse enfraquecida pelo fortalecimento das concepções "nacionais", tal como seria o galicismo e depois, de modo mais extremo, o anglicanismo.¹⁵

Neste conflito em particular, coube à Igreja, no seu clássico papel de guardião da erudição, informar ao rei sobre seus direitos, que vinham sendo negados com base na alegação da lei sálica que pretensamente negaria o direito de sucessão às mulheres, o que, segundo o Arcebispo de Cantuária, não procedia. Um historiador moderno, como Ruche, lhe daria razão, afirmando que:

"Este artigo da Lei Sálica, mal compreendido pelos juristas reais, foi interpretado, quando da sucessão dos Capetos diretos, em 1316, como uma proibição às mulheres para herdarem e, portanto, sucederem no trono. Na verdade elas tinham a capacidade sucessória, a não ser quanto a esta terra ancestral, sem a qual o sistema franco de proteção privada desmorona"¹⁶.

O arcebispo da Cantuária enumera uma série de exemplos históricos nos quais o trono – ou a sua legitimidade – era assegurado através do "título e do direito das

mulheres"¹⁷. Poderíamos ainda questionar em que medida a inclusão deste tema – o direito das mulheres à Coroa – não foi inserido por Shakespeare na trama como uma forma de agradar à rainha Elisabeth I depois de desagradá-la com a peça Ricardo II (escrita nos anos 1595 e 1596), pois o texto de Henrique V é posterior aquele, datando dos anos de 1598 e 1599¹⁸. Shakespeare – através do seu personagem – estava bem informado sobre a história da França, pois em vários momentos da história francesa a lei sálica não foi evocada, "ela só se tornou um argumento bem mais tarde, sob Carlos VI"¹⁹, ou seja, no momento da disputa entre este, de um ramo secundário do capetíngios, e seu rival inglês, Eduardo III.

A Igreja, por sua vez, conclui sua barganha dizendo que a ação não apenas é legítima, mas factível, pois: "Para isso, nós, do espiritual, demos a Vossa Alteza soma tão vultuosa como jamais foi dada pelo clero a qualquer rei de vossa alta linhagem"²⁰. A resposta do jovem rei aos homens do clero deixa entrever seu problema de consciência, que aparece no filme em diversos momentos. Sobre a "questão da França", que o arcebispo de Cantuária lhe apresenta, adverte o rei:

"Mas, meu caro e fiel lorde, Deus não queira que venhais a forçar vosso discurso, torcendo-o com sofismas, e a consciência carregueis com valores ilegítimos, de cor não condizente com a verdade. Deus sabe quanta gente, ora com vida, vai derramar o sangue na defesa do que formos por Vossa Reverência conciliado a fazer. Tende cuidado, portanto, na maneira por que me ides penhorar, como o gládio adormecido da guerra espertareis. Recomendamo-vos, pois, em nome de Deus: tende cuidado, porque duas nações tão poderosos nunca brigaram sem que derramassem muito sangue, de que cada inocente gota é uma maldição e queixa amarga lançada contra quem tivesse sido causa injusta de afiarem-se as espadas para a devastação da curta vida"²¹.

No filme, vê-se um rápido temor do dignatário eclesiástico – pois ele sabe dos motivos que o levam a fazer tal oferta – antes de fazer um longa e erudita preleção sobre a lei sálica, suas origens e as muitas vezes em que os fatos contrariaram este argumento que a dinastia de Valois levantava para se legitimar frente às pretensões inglesas à coroa. Após o quê, indaga o rei: "Posso, então, com direito e sã consciência, fazer valer as minhas pretensões?"²², no que se insere na discussão medieval da guerra justa, que deve ter uma causa justa, e também – como afirma o *Decretum* de Graciano de 1140 – "repelir ou vingar injúrias e recuperar bens"²³. A versão de Branagh mostra ainda o rei atormentado por problemas de consciência, dos crimes do seu pai a sua responsabilidade para com seus soldados. Sobre este último aspecto, a obra de Shakespeare, bem como as versões posteriores, refletem fielmente a doutrina medieval que afirma: "Pois, se a guerra é injusta e as ordens não são dadas conforme a lei divina, a iniquidade caberia ao príncipe apenas [e não aos seus soldados]"²⁴. Ora, é exatamente esta a preocupação que vemos refletida no belíssimo monólogo pronunciado pelo rei após ouvir e confortar os seus homens na noite que antecede Azincourt: "Só sobre o rei! Ponhamos nossas vidas, nossas almas, as dívidas, os filhos, as esposas ansiosas, os pecados, tudo em cima do rei! Forçoso é tudo suportarmos"²⁵. Esta preocupação, que Barbara Heliodora identifica como típica do período Tudor²⁶, tem, na realidade, origens medievais.

Na véspera da batalha decisiva de Azincourt, Henrique faz alusão à usurpação cometida por seu pai contra Ricardo e suas tentativas de expiar este crime por meio de obras pias. Ricardo II era filho de Eduardo, o Príncipe Negro de Gales, filho mais velho de Eduardo III – rei de 1327 a 1377. Com a morte do avô, Ricardo assumiu o trono e mandou aprisionar seu tio, João de Gaunt, duque de Lancaster (1340-1399²⁷), que morreu na prisão. Este João de Gaunt era também filho de Eduardo III e pai do futuro Henrique IV, que usurpou a Coroa de Ricardo II e assumiu o trono de 1399 a 1413, no que viria a ser um prólogo da Guerra das Duas Rosas entre as casas dinásticas de York e Lancaster, nos anos de 1455 a 1485. O filme encerra fazendo alusão a essa guerra, que se inicia quando o

herdeiro, Henrique VI, "em cueiros ainda envolto, subiu ao trono da Inglaterra e França; mas tocou-lhe reinado tão revoltado que da pátria esgotou toda a pujança"²⁸. O filme de Branagh completa a fala do coro acrescentando: e perderam a França e fizeram a Inglaterra sangrar.

8. CONCLUSÃO

Uma parte suprimida do filmes de Branagh²⁹ é a questão da relação da Inglaterra com os seus vizinhos. Enquanto no filme de Branagh o exército parece uma irmandade de diferentes grupos – ingleses, galeses, escoceses e irlandeses³⁰ –, o que reflete o período em que essas versões foram produzidas (isto é, a política de anexação consumada destes países – ou parte deles, no caso da Irlanda – à Grã Bretanha), na época de Shakespeare o expansionismo inglês ainda não havia sido plenamente assimilado por estes povos, gerando revoltas e alianças dos países vizinhos com seus inimigos³¹. Nesse momento, as preocupações do rei – refletidas no texto de Shakespeare - se voltam para a sua retaguarda, a Escócia, definida como um "mau vizinho". Um dos conselheiros do rei complementa afirmando que "há um velho provérbio muito certo: 'Se queres ganhar a França, então pela Escócia avança'; pois se a águia da Inglaterra sai à caça, a doninha escocesa sobe ao ninho desguarnecido e chupa os ovos reais"³².

Sabemos que a Inglaterra adquiriu muitas das habilidades decisivas para a guerra contra a França na sua luta contra os revoltados do País de Gales, conquistados nos anos de 1280 por Eduardo I³³. A Escócia seria pacificada ainda bem mais tarde e – após a tentativa de Eduardo I de conquistá-la em 1295 – os escoceses firmaram um acordo com a França, a "*auld [old] Alliance*" que duraria até o século XVI. Segundo este acordo, cada vez que um dos dois países fosse atacado pela Inglaterra, o outro atacaria a Inglaterra pela retaguarda³⁴. E, de fato: "Já antigos, esses atritos ingleses e escoceses se mantiveram por todo o curso da Guerra dos Cem Anos e prolongaram-se para além dela"³⁵.

A omissão destes aspectos faz parte do processo de simplificação da história que a ficção – cinema ou literatura – traz inevitavelmente consigo, já que não têm a preocupação com os detalhes, fontes e fundamentação teórica que são uma obrigação para o historiador. Este processo de simplificação da história, de seus personagens complexos e contraditórios, pode ser vista como parte do mecanismo do "efeito de real"³⁶, como apresentado por Rossini. Ter em mente este mecanismo, bem como as limitações e incoerências presentes nos filmes de reconstrução histórica, é necessário para a compreensão, discussão e análise dos mesmos. No entanto, estas características tornam a discussão mais interessante e necessária. Uma das formas de simplificar a história é restringi-la à ação dos grandes homens, outra é bani-los da história. Como em tantos outros casos é necessário que o historiador ache o meio termo entre estas duas tendências. Longe de banir os filmes de reconstrução histórica, deveríamos analisá-los criticamente para poder apreciá-los e incorporá-los definitivamente aos currículos escolares e acadêmicos. Afinal, a história "real", mesmo quando reconstruída por documentos "sérios" e abundantes é sempre mais complexa e interessante do que a captada mesmo pelo mais brilhante historiador. Já o cinema e a literatura, graças à liberdade ficcional, lidam com a imaginação e permitem-nos reconstruir senão os fatos, o *ambiente*, a *atmosfera* de outras épocas. Filmes como *Henrique V* oferecem a oportunidade de discutir temas centrais para a história e civilização da Idade Média, como a forma de pensar e travar a guerra, temas que, sob vários pontos de vista, ainda permanecem atuais e relevantes para nós no século XXI.

¹ Com algumas omissões que se devem, em parte, à adaptação da obra literária e teatral para o cinema.

² CLAUSEWITZ, C., *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 27.

³ SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da idade média*. Vol. 1. São Paulo: EDUSP, 1990, p. 112. Também chamado "longo arco 'à inglesa'", CARDINI, Franco. "Guerra e Cruzada". In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 483.

⁴ Segundo Rezende: "Quando da eclosão da Guerra dos Cem Anos (...) os exércitos que os ingleses enviam ao continente eram formados exclusivamente por soldados servindo sob contrato, até mesmo seus cavaleiros couraçados e demais nobres", vide REZENDE Filho, Cyro. *Guerra e guerreiros na idade média*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 91. Comentando sobre os dois modelos de exército, afirma Silva: "se tratava de uma superioridade estrutural, por se tratar [do lado inglês] de um exército de voluntários, regularmente pago e, por isso, bem mais disciplinado e flexível no cumprimento das ordens. Enquanto isso, as forças francesas eram reunidas às pressas, de acordo com mecanismos tradicionais (...) do *arrière-ban* e das *sémonces*, ambos compulsórios (...) Assim, a vantagem numérica assegurada por esses processos era amplamente anulada pela indisciplina reinante", SILVA, *Cavalaria*, p. 134.

- ⁵ MACFARLANE, A., "O berço do capitalismo: o caso da Inglaterra", In: BAECHLER, J.; HALL, J. A. e MANN, M., (Ed.), *Europa e ascensão do capitalismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1989, p. 197-215.
- ⁶ BLOCH, M., *A sociedade feudal*, Lisboa, Edições 70, 1987.
- ⁷ MACFARLANE, "O berço do capitalismo", p. 212.
- ⁸ CONTAMINE, Philippe. *La guerre de cent ans*. Paris: PUF, 1992, p. 7.
- ⁹ SHAKESPEARE, W. "A vida do rei Henrique V". In: SHAKESPEARE, W. *Teatro completo, dramas históricos*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d., p. 231.
- ¹⁰ Em clara alusão à obra anterior do autor, Henrique IV, na qual o jovem príncipe, o futuro Henrique V, é apresentado como afoito e leviano.
- ¹¹ SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 233.
- ¹² Mas a preocupação com o confisco de seus bens não era fruto de pura paranóia, como o demonstraria o reinado de Henrique VIII. Seria ainda o caso de perguntar se esta visão materialista da igreja católica não foi inserida no texto por Shakespeare para agradar Elisabeth I, rainha que havia subido ao trono com a forte oposição dos remanescentes deste grupo.
- ¹³ Sobre o papel da Igreja como elemento regulador e humanizador dos conflitos, vide REZENDE, *Guerra*, op. cit. p. 71-72.
- ¹⁴ Assim, em 1431 um legado do papa Eugênio IV intermediou uma trégua entre Carlos VII e o duque de Borgonha, vide CONTAMINE, *La guerre*, op. cit., p. 98.
- ¹⁵ LOYN, *Dicionário*, p. 171.
- ¹⁶ ROUCHE, M. *Alta idade média ocidental*. In: ARIÈS, Ph.; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 448-449.
- ¹⁷ SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 235.
- ¹⁸ Poderíamos ainda questionar em que medida a inclusão deste tema – o direito das mulheres à Coroa – não foi inserido por Shakespeare na trama como uma forma de agradar à rainha depois de desagradá-la com Ricardo II (peça escrita nos anos 1595-1596), pois o texto de Henrique V data dos anos de 1598 e 1599, vide Quadro cronológico das peças teatrais de Shakespeare em SHAKESPEARE, *Teatro completo*, op. cit., p. 12.
- ¹⁹ CONTAMINE, *La guerre*, op. cit., p. 11.
- ²⁰ SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 236.
- ²¹ SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 233-234.
- ²² SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 235.
- ²³ DOWSON, *Origens*, op. cit., p. 292.
- ²⁴ CONTAMINE, *War*, op. cit., p. 282.
- ²⁵ SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 265.
- ²⁶ HELIODORA, Barbara. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 67.
- ²⁷ LOYN, *Dicionário*, op. cit., p. 221.
- ²⁸ SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 285.
- ²⁹ E também da versão homônima anterior de Laurence Olivier.
- ³⁰ Este último não tão bem resolvido, como vemos na disputa entre o capitão Fuellen e capitão MacMorris. Quando o primeiro afirma: "Capitão MacMorris, eu penso, ora vede, salvo correção de vossa parte, que não há muitos indivíduos de vossa nação..." ao que MacMorris contrapõe: "Da minha nação? Que é minha nação? Algum vilão, por acaso, um bastardo, um escravo, algum maroto? Que é a minha nação? Quem está falando da minha nação?", SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 252. Interessante é o destaque a este trecho no filme de Branagh, ele mesmo um irlandês de Belfast. Sobre a participação destes contingentes afirma Boquet: "A teatrologia acaba pela glorificação de um reino nacional em expansão: à corte cavalheiresca feita por Henrique a Catarina de França corresponde a presença do galês, do irlandês e do escocês no exército do Rei da Inglaterra", BOQUET, Guy. *Teatro e sociedade: Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 28.
- ³¹ Um filme que aborda esta temática é *Coração Valente*. Situado no final do reinado de Eduardo I, além da revolta dos escoceses contra o domínio inglês mostra também a questão da origem disputa com a França, através do casamento de seu filho, Eduardo II, com a princesa francesa Isabel, mãe do futuro rei Eduardo III.
- ³² SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 236.
- ³³ McDOWALL, David. *An illustred history of Britain*. Essex: Longman, 1989, p. 52.
- ³⁴ McDOWALL, *History of Britain*, op. cit., p. 43-44.
- ³⁵ SILVA, *Cavalaria*, op. cit., p. 112-113.
- ³⁶ Vide ROSSINI, Miriam de Souza. "As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história". In: *Anos 90*, Porto Alegre, nr. 12, p. 118-128, aqui especialmente p. 122.